



MATRIZ ORIENTADORA

O QUE O MUNICÍPIO NÃO PODE ESQUECER

NO PME 2026–2036

Instrumento técnico para diagnóstico, territorialização,
formulação de metas e estratégias, financiamento,
monitoramento e regime de colaboração



DIÁLOGO

Escuta ativa e participação de toda a comunidade educacional.



COLABORAÇÃO

Trabalho em rede e regime de colaboração entre entes federativos.



PLANEJAMENTO

Planejamento estratégico com foco em equidade e qualidade.



EQUIDADE

Garantia de direitos, inclusão e valorização da diversidade.



QUALIDADE SOCIAL

Compromisso com aprendizagens significativas e transformadoras.

*Unindo forças,
construindo futuros,
transformando vidas!*



📍 Araci - BA, 05 de agosto de 2026.



FICHA TÉCNICA

MATRIZ ORIENTADORA

O QUE O MUNICÍPIO NÃO PODE ESQUECER NO PME 2026–2036

Instrumento técnico para diagnóstico, territorialização, formulação de metas e estratégias, financiamento, monitoramento e regime de colaboração.

ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TÉCNICA



Ione Sousa de Matos

Técnica Local da Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação – SASE/MEC
Membro da Diretoria da UNCME-BA
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Araci



Gilvânia da Conceição Nascimento

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Coordenadora Estadual da UNCME-BA

NATUREZA DO MATERIAL



Instrumento técnico-orientador elaborado para apoiar os municípios no processo de construção dos Planos Municipais de Educação – PME 2026–2036, reunindo dimensões que precisam ser consideradas na leitura do diagnóstico, na territorialização das políticas educacionais e na formulação de objetivos, metas e estratégias.

FINALIDADE



Contribuir para que as Comissões responsáveis pela elaboração dos PMEs realizem uma leitura ampla e articulada da realidade municipal, considerando diagnóstico, evidências, territorialização, equidade, participação social, intersetorialidade, financiamento, responsabilidades institucionais, indicadores, monitoramento e regime de colaboração, de modo que questões essenciais não sejam esquecidas durante a construção do planejamento educacional para o próximo decênio.

MATOS, Ione Sousa de; NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição. **Matriz Orientadora: o que o município não pode esquecer no PME 2026–2036:** instrumento técnico para diagnóstico, territorialização, formulação de metas e estratégias, financiamento, monitoramento e regime de colaboração. Território do Sisal – Bahia, 2026.

*Unindo forças,
construindo futuros,
transformando vidas!*

TERRITÓRIO DO SISAL – BAHIA
PLANEJAMENTO HOJE, MAIS DIREITOS AMANHÃ



APRESENTAÇÃO

A elaboração dos novos Planos Municipais de Educação - PME 2026-2036 representa um dos movimentos mais importantes de planejamento da política educacional dos municípios. Projetar a educação para um período de dez anos exige muito mais do que organizar objetivos, metas e estratégias ou estabelecer correspondência formal com o Plano Nacional de Educação. Exige conhecer profundamente a realidade local, interpretar dados e evidências, reconhecer desigualdades, identificar potencialidades, ouvir os diferentes sujeitos, compreender as especificidades dos territórios, dimensionar responsabilidades e transformar necessidades concretas em compromissos públicos capazes de serem executados, financiados, monitorados e avaliados.

É nesse contexto que foi elaborada a Matriz Orientadora - O que o Município Não Pode Esquecer no PME 2026-2036. O próprio título traduz a preocupação que deu origem ao material: diante da amplitude e da complexidade de um Plano Decenal, quais questões precisam permanecer no campo de visão das Comissões responsáveis pela elaboração do PME para que dimensões essenciais da política educacional não sejam esquecidas, fragmentadas ou tratadas apenas superficialmente? A Matriz nasce, portanto, como instrumento técnico de consulta, análise e provocação, destinado a acompanhar o processo de construção do Plano e contribuir para que cada decisão esteja vinculada à realidade do município.

Sua elaboração está diretamente relacionada ao movimento de fortalecimento do planejamento educacional desenvolvido no território e ao compromisso da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia - UNCME-BA com a qualificação da participação dos Conselhos Municipais de Educação na construção, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas educacionais. A UNCME-BA possui papel estratégico na mobilização, formação, articulação e fortalecimento institucional dos Conselhos, compreendendo-os como importantes espaços de participação social, diálogo entre poder público e sociedade e defesa do direito à educação.

Nesse sentido, fortalecer os Conselhos Municipais de Educação significa também ampliar as condições para que os municípios construam políticas educacionais que ultrapassem períodos de governo e se consolidem como políticas de Estado. No processo de elaboração do PME, os Conselhos não devem ser compreendidos apenas como instâncias chamadas ao final para conhecer um documento concluído. Respeitadas as competências estabelecidas em cada Sistema Municipal de Educação, sua participação pode contribuir para a mobilização social, para as escutas, para a leitura crítica dos diagnósticos, para a análise das prioridades, para o debate das metas e estratégias e, posteriormente, para o acompanhamento e monitoramento dos compromissos assumidos durante o decênio.

A Matriz também se articula ao trabalho da Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação - SASE/MEC, fortalecendo o diálogo entre as orientações nacionais e as realidades municipais. Essa articulação parte de uma compreensão fundamental: alinhar o PME ao Plano Nacional de Educação não significa simplesmente reproduzir objetivos ou estratégias nacionais. Significa territorializar o planejamento, identificando o que cada objetivo representa diante dos problemas, das condições, dos sujeitos, das capacidades institucionais e das prioridades existentes no município.

É justamente dessa experiência de diálogo com os municípios, Conselhos, Comissões e diferentes atores envolvidos na elaboração dos Planos que surge a necessidade de uma ferramenta capaz de provocar perguntas permanentes durante o processo: o que ainda não estamos enxergando? O que o diagnóstico demonstra? Quais evidências sustentam esta decisão? Quem está ficando para trás? Quais territórios apresentam maiores desigualdades? Que políticas precisam dialogar com esta meta? Quem precisa participar? Quem será responsável? Como financiar? Como monitorar?

Por isso, a Matriz não apresenta respostas prontas. Ela funciona como uma memória técnica do processo de elaboração do PME, ajudando a Comissão a verificar, diante de cada objetivo, meta ou estratégia, se dimensões fundamentais foram consideradas. O ponto de partida deve ser sempre o diagnóstico municipal. A partir dele, identificam-se dados e evidências, delimita-se o problema central, investigam-se suas causas e definem-se os resultados que o município pretende alcançar. Somente então são formuladas estratégias coerentes com aquilo que o território efetivamente necessita.

O TERRITÓRIO COMO PONTO DE PARTIDA

Um dos princípios centrais da Matriz é a territorialização. Os indicadores gerais de um município podem esconder profundas desigualdades entre escolas, bairros, comunidades, campo e cidade, etapas, modalidades e diferentes grupos populacionais. Uma média municipal aparentemente positiva pode coexistir com territórios nos quais crianças, adolescentes, jovens, adultos ou pessoas com deficiência continuam enfrentando barreiras para acessar, permanecer, participar e aprender.

Por isso, elaborar o PME exige ir além dos números agregados. Sempre que possível, os dados precisam ser desagregados para permitir perguntas fundamentais: quem ainda não está sendo alcançado pelas políticas públicas? Onde estão concentradas as maiores desigualdades? Quais grupos enfrentam maiores barreiras? Que territórios demandam maior investimento ou estratégias diferenciadas? Dessa maneira, a equidade deixa de ser apenas um princípio declarado e passa a orientar a definição de prioridades, metas, estratégias e recursos.

O QUE O MUNICÍPIO NÃO PODE ESQUECER

A Matriz chama atenção para dimensões que precisam permanecer presentes durante toda a construção do PME. Entre elas estão Educação Infantil; alfabetização; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial Inclusiva; Educação Integral em Tempo Integral; Educação do Campo; aprendizagem e qualidade; acesso, permanência e enfrentamento à evasão; infraestrutura; transporte escolar; valorização e formação dos profissionais; gestão democrática; participação e controle social; tecnologias; diversidade; equidade; proteção integral; financiamento; monitoramento; avaliação; intersectorialidade e regime de colaboração.

Essas dimensões não devem ser transformadas mecanicamente em capítulos ou estratégias. Sua presença dependerá daquilo que o diagnóstico municipal demonstrar e de como cada uma dialoga com os objetivos do Plano. A função da Matriz é impedir que questões relevantes desapareçam simplesmente porque não foram lembradas durante determinada etapa da elaboração.

EDUCAÇÃO NÃO SE PLANEJA SOZINHA

Outro princípio estruturante é compreender que muitos fatores que interferem no direito à educação ultrapassam os limites administrativos da Secretaria Municipal de Educação. Pobreza, insegurança alimentar, trabalho infantil, violências e violações de direitos, dificuldades de transporte, barreiras de acessibilidade, questões de saúde e outras situações de vulnerabilidade podem produzir repercussões diretas no acesso, na frequência, na permanência, no desenvolvimento e na aprendizagem.

Nesses casos, a resposta não pode ser construída exclusivamente pela Educação. A Matriz reforça a necessidade de articulação intersetorial e regime de colaboração, envolvendo, conforme cada situação, Educação, Saúde, Assistência Social, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Ministério Público e demais instituições integrantes das redes de proteção e garantia de direitos. Isso não significa transferir responsabilidades entre políticas públicas, mas identificar claramente o que compete à Educação, o que cabe aos demais setores e aquilo que somente poderá ser enfrentado mediante atuação articulada.

PARTICIPAÇÃO, CONSELHOS E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A participação social constitui elemento indispensável para que o PME tenha legitimidade e identidade territorial. Estudantes, profissionais da educação, famílias, comunidades, movimentos

sociais, instituições, fóruns, colegiados e diferentes segmentos precisam encontrar espaços efetivos de participação durante sua construção.

Nesse movimento, a atuação da UNCME-BA e o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação assumem especial relevância. Conselhos fortalecidos ampliam as possibilidades de diálogo, mobilização, acompanhamento e controle social. Ao lado do Fórum Municipal de Educação, CACS-FUNDEB, CAE, Conselhos Escolares, CMDCA, Conselho Tutelar e outras instâncias, respeitadas as competências de cada uma, contribuem para que o planejamento educacional permaneça acompanhado pela sociedade durante todo o decênio.

A participação, entretanto, não pode se limitar à realização de reuniões ou consultas. Escutar precisa produzir consequência no planejamento. As contribuições dos sujeitos e territórios devem ser sistematizadas, confrontadas com os dados e consideradas na definição das prioridades. Participar significa também ser capaz de reconhecer, no Plano produzido, as necessidades, demandas e perspectivas apresentadas durante sua elaboração.

DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO

A Matriz também chama atenção para uma questão frequentemente esquecida: não existe planejamento consistente sem condições de execução. Uma meta sem estratégia não produz transformação; uma estratégia sem responsável fragiliza a implementação; uma ação sem previsão de financiamento corre o risco de permanecer apenas como intenção; e uma meta sem indicador e linha de base não permite verificar se houve avanço.

Por isso, o município precisa relacionar suas escolhas ao planejamento orçamentário, às responsabilidades institucionais, aos indicadores e aos mecanismos de acompanhamento. Diante de cada proposição, algumas perguntas precisam permanecer presentes: de onde partimos? Onde queremos chegar? Quem será responsável? Quais instituições precisam participar? Quanto custará? De onde virão os recursos? Qual será o indicador? Qual é a linha de base? Em que periodicidade será monitorado? O que faremos caso os resultados demonstrem que a estratégia precisa ser revista?

Essa relação aproxima diagnóstico, territorialização, formulação de metas e estratégias, financiamento, execução, monitoramento, avaliação e regime de colaboração, contribuindo para que o PME deixe de ser um documento de intenções e se consolide como instrumento efetivo de gestão da política educacional.

UMA MATRIZ PARA CONSULTAR DURANTE TODO O PROCESSO

A Matriz Orientadora - O que o Município Não Pode Esquecer no PME 2026-2036 não substitui o diagnóstico, as escutas, as decisões da Comissão ou a autonomia municipal. Também não pretende uniformizar realidades diferentes. Sua função é oferecer um conjunto organizado de referências e perguntas para que o município possa retornar a elas durante todo o percurso de elaboração.

Diante de cada objetivo, meta ou estratégia, a Comissão poderá consultar a Matriz e perguntar: estamos esquecendo alguma dimensão importante? O diagnóstico sustenta esta escolha? Consideramos as diferenças entre os territórios? Identificamos quem está ficando para trás? A equidade está presente? Definimos responsabilidades? Precisamos de articulação intersetorial? Existe previsão de financiamento? Estabelecemos indicadores e linha de base? Será possível monitorar o compromisso assumido?

Assim, esta Matriz expressa também o compromisso da UNCME-BA com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação e com a construção de Planos Municipais de Educação democráticos, territorializados, participativos, executáveis e monitoráveis. Em articulação com a Rede de Cooperação Técnica para os Planos Decenais de Educação - SASE/MEC, busca contribuir para que cada município dialogue com as diretrizes nacionais sem perder aquilo que lhe é mais essencial: sua identidade, seus sujeitos, seus territórios, suas necessidades e suas possibilidades.

A intenção é ajudar cada município a não esquecer aquilo que poderá fazer diferença nos próximos dez anos. Um Plano Municipal de Educação consistente não se mede pela quantidade de páginas, metas ou estratégias que apresenta, mas pela capacidade de reconhecer a realidade, estabelecer prioridades, definir responsabilidades, assegurar condições de execução e transformar planejamento em garantia de direitos.

O PME 2026-2036 precisa ter a cara do município. Precisa reconhecer seus territórios, enxergar suas desigualdades, valorizar suas potencialidades e deixar claro de onde o município parte, onde pretende chegar e como realizará esse percurso. É isso que a UNCME-BA e a Rede de Cooperação Técnica, por meio desta Matriz Orientadora, pretendem ajudar cada município a não esquecer.

COMO UTILIZAR ESTA MATRIZ

Esta matriz não substitui o diagnóstico municipal nem autoriza a simples reprodução de metas do PNE ou do PEE. Sua finalidade é orientar cada município a transformar referências nacionais e estaduais em compromissos municipais territorializados, mensuráveis, financiáveis e monitoráveis.

PERGUNTA-GUIA: Que problema educacional o município precisa transformar nos próximos dez anos, quais evidências o comprovam e qual contribuição municipal será necessária para alcançar os objetivos nacionais e estaduais?

10 lentes que devem atravessar todos os objetivos

LENTE	PERGUNTA ORIENTADORA
Acesso	Quem ainda não exerce o direito? Quantos são? Onde estão?
Permanência	Quem entra, mas não permanece? Onde ocorre a ruptura da trajetória?
Aprendizagem e desenvolvimento	A matrícula está se convertendo em aprendizagem, desenvolvimento e conclusão?
Qualidade	Quais condições de oferta existem e quais ainda precisam ser asseguradas?
Equidade	Quem está ficando para trás e qual desigualdade precisa ser reduzida?
Territorialização	O problema é igual na sede, campo, bairros, povoados e comunidades?
Intersetorialidade	Que parte do problema exige Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Trabalho, Proteção etc.?
Regime de colaboração	O que é responsabilidade municipal direta, compartilhada ou depende de Estado/União?
Financiamento	Quanto custa, qual fonte e onde aparecerá no PPA, LDO e LOA?
Monitoramento e controle social	Qual indicador, linha de base, periodicidade, responsável e evidência de cumprimento?

OBJETIVO 1 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Ampliar o acesso à creche e assegurar a universalização da pré-escola com equidade e justiça territorial.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
População de 0-3 e 4-5 anos; matrículas por faixa etária; cobertura; demanda manifesta e lista de espera; oferta pública/conveniada/privada quando pertinente; capacidade instalada; localização das crianças não atendidas; projeção demográfica; disponibilidade de prédios, salas, profissionais e transporte.	Quantas crianças estão fora? Onde estão? Quem solicitou vaga e aguarda atendimento? A cobertura é desigual entre sede, campo e bairros? Há crianças com deficiência ou famílias vulneráveis com menor acesso? Quantas vagas adicionais serão necessárias em cada território? A rede atual comporta expansão ou exige novas unidades?	Metas diferenciadas para creche e pré-escola; mecanismo permanente de levantamento da demanda; Busca Ativa; expansão/reestruturação de unidades; critérios transparentes de acesso; priorização territorial e socioeconômica; planejamento de pessoal; articulação com Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e proteção à infância; previsão de financiamento.	Não confundir população de 0-3 anos com demanda manifesta. Não criar meta única para todo o território sem identificar desigualdades intramunicipais. Toda expansão deve calcular infraestrutura, pessoal e custeio.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 2 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Garantir que creches e pré-escolas atendam padrões de qualidade, respeitando as especificidades da etapa e a indissociabilidade entre cuidar e educar.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Infraestrutura, salubridade e acessibilidade; espaços externos, áreas verdes, parques, leitura e alimentação; mobiliário e materiais; formação e vínculo dos profissionais; relação adulto/criança; currículo; gestão; supervisão; registros de frequência; condições de funcionamento; participação das famílias; atuação do CME; estrutura da SME para coordenação da Educação Infantil.	Quantas unidades atendem aos padrões de qualidade? Quais condições faltam em cada uma? Há coordenação específica da Educação Infantil na SME? O município acompanha sistematicamente a qualidade? O currículo respeita DCNEI/BNCC e diversidade local? Há desigualdade de qualidade entre sede e campo?	Plano de melhoria da qualidade; adequação física e acessibilidade; formação inicial/continuada; fortalecimento da coordenação de Educação Infantil; acompanhamento periódico de indicadores de qualidade; revisão curricular; valorização das culturas locais e relações étnico-raciais; fortalecimento da regulação e supervisão do CME.	Não reduzir qualidade a obra ou equipamento. Qualidade inclui currículo, gestão, formação, relações, acessibilidade, condições de trabalho, participação e monitoramento.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 3 - ALFABETIZAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Assegurar alfabetização e níveis adequados de aprendizagem no ciclo inicial, reduzindo desigualdades e garantindo acompanhamento contínuo.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Resultados de alfabetização por escola/turma/território; habilidades não consolidadas; aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática; série histórica; fluxo; frequência; formação dos alfabetizadores; acervos; tempo de planejamento; práticas de recomposição; transição Educação Infantil-Ensino Fundamental; resultados por grupos sociais quando disponíveis.	Quem não está alfabetizado? Em quais escolas e territórios? Quais habilidades apresentam maior fragilidade? Há diferença por raça/cor, condição socioeconômica, campo/cidade, deficiência ou comunidade? Quem responde institucionalmente pela política de alfabetização? O município possui avaliação diagnóstica e devolutiva pedagógica?	Meta municipal de alfabetização com linha de base; coordenação de alfabetização na SME; comissão de acompanhamento no CME quando pertinente; formação; avaliação diagnóstica/formativa; recomposição; acompanhamento individual; acervo literário; transição EI-EF; apoio pedagógico às escolas com maiores dificuldades; transparência dos resultados.	Não usar apenas média municipal. A meta deve combinar resultado geral e redução das desigualdades. Alfabetização precisa ser acompanhada por indicadores de aprendizagem e não só por participação em avaliações.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 4 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Garantir ingresso, permanência, progressão, conclusão na idade adequada e transições protegidas entre etapas.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
População de 6-17 anos; matrícula; fora da escola; frequência; abandono; reprovação; distorção idade-ano; conclusão do 5º e 9º anos; transição para Ensino Médio; estudantes em situação de vulnerabilidade, medida socioeducativa ou tratamento prolongado; transporte; Busca Ativa.	Onde a trajetória se rompe? Qual ano concentra reprovação/abandono? Há perda de estudantes na transição 5º→6º ano ou 9º→Ensino Médio? Quem está fora da escola? Quais territórios apresentam maior distorção idade-ano? Como redes municipal e estadual compartilham informações?	Busca Ativa intersetorial; sistema de acompanhamento individualizado; protocolos de transição e reinserção; recomposição de aprendizagens; prevenção do abandono; ações para redução de reprovação/distorção; articulação com rede estadual; transporte seguro; proteção contra violências; atendimento a estudantes em situações excepcionais.	O PME é plano da educação do território. Mesmo o Ensino Médio sendo majoritariamente estadual, o município deve diagnosticar e pactuar responsabilidades em regime de colaboração.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 5 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Elevar a aprendizagem com qualidade socialmente referenciada e reduzir desigualdades entre grupos, escolas e territórios.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Resultados por etapa, componente, escola e território; níveis de aprendizagem; participação nas avaliações; fluxo; contexto socioeconômico; raça/cor e localização quando disponíveis; infraestrutura; clima escolar; violência; inclusão; formação docente; práticas de avaliação e recomposição.	A média municipal esconde desigualdades entre escolas? Quais grupos estão abaixo do resultado médio? Quais habilidades têm maior déficit? O município devolve resultados às escolas com plano de ação? Há acompanhamento individual dos estudantes? As escolas com baixo desempenho recebem apoio diferenciado?	Metas de aprendizagem e equidade; avaliações diagnósticas periódicas; devolutivas e intervenção; recomposição; acompanhamento individualizado; autoavaliação escolar; formação; apoio técnico-pedagógico; materiais acessíveis; ações antirracistas, inclusivas e contextualizadas; prevenção à violência; leitura e iniciação científica.	Não transformar IDEB em único indicador de qualidade. Cruzar aprendizagem, fluxo, equidade, inclusão, condições de oferta e contexto.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 6 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Ampliar a oferta de tempo integral com qualidade, equidade, financiamento, currículo e condições reais de funcionamento.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Escolas e matrículas em tempo integral; etapas atendidas; jornada; infraestrutura; alimentação; transporte; espaços culturais/esportivos; profissionais; currículo; custo; territórios prioritários; demanda das famílias; indicadores de permanência e aprendizagem.	Quais escolas têm condições reais de ampliação? Quem deve ser priorizado? Há cozinha, refeitório, espaços de descanso, esporte, cultura e estudo? Há profissionais suficientes? Como será garantido transporte e alimentação ampliada? O currículo evita apenas prolongar o tempo de permanência?	Expansão progressiva por território; critérios de vulnerabilidade; adequação de infraestrutura; currículo de educação integral; formação; parcerias com espaços comunitários; financiamento específico; monitoramento de qualidade; articulação com Assistência, Saúde, Cultura, Esporte, Trabalho e Juventude.	Evitar implementação formal sem condições reais de funcionamento. Tempo integral não é apenas mais horas; exige projeto pedagógico, cuidado, alimentação, profissionais e infraestrutura.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 7 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO DIGITAL E TDIC

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Garantir conectividade educacional, infraestrutura digital, currículo, formação e uso crítico, ético, seguro e inclusivo das tecnologias.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Conectividade por escola; velocidade; wi-fi interno; dispositivos; manutenção e suporte; acessibilidade	A internet chega à escola ou à sala de aula? Quantos dispositivos funcionam? Quem mantém?	Plano de conectividade; rede interna; aquisição e manutenção; suporte técnico; currículo municipal;	Não medir apenas presença de internet. Qualidade da conexão, uso pedagógico, formação,

digital; currículo; formação de professores e gestores; segurança e proteção de dados; sistemas de gestão; educação midiática; uso de IA; desigualdades entre territórios.	O currículo contempla as dimensões da Educação Digital? O CME possui normatização atualizada? Há política de proteção de dados? Profissionais estão preparados para uso pedagógico e ético da IA?	formação; educação midiática e cidadania digital; proteção de dados; acessibilidade; avaliação do letramento digital; atualização normativa; interoperabilidade dos sistemas de gestão.	manutenção, segurança, privacidade e acessibilidade são dimensões distintas.
--	---	---	--

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 8 - EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Territorializar a educação ambiental e preparar escolas e comunidades para riscos e vulnerabilidades climáticas locais.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Bioma e riscos locais; seca, desertificação, enchentes, ilhas de calor, altas temperaturas; abastecimento de água; saneamento; conforto térmico; energia; resíduos; áreas verdes; protocolos de emergência; currículo ambiental; impacto climático na frequência e calendário.	Que risco climático afeta nossas escolas? Quais unidades têm problemas de água, calor ou alagamento? Há protocolos? O currículo aborda a realidade ambiental local? As escolas possuem áreas verdes e práticas de sustentabilidade? O orçamento contempla adaptação climática?	Plano territorial de educação ambiental/climática; protocolos; conforto térmico; segurança hídrica; eficiência energética; áreas verdes, hortas e manejo de resíduos; formação; currículo contextualizado; Com-Vidas; parcerias com universidades e órgãos ambientais; financiamento específico.	Não copiar estratégias ambientais de outro território. A matriz climática deve refletir a realidade local e prever adaptação da infraestrutura.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 9 - EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA, QUILOMBOLA E COMUNIDADES TRADICIONAIS

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Garantir direito à educação com territorialidade, identidade, participação comunitária, currículo contextualizado e condições adequadas de oferta.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Mapeamento das comunidades existentes; população e matrícula; escolas; distâncias; transporte; nucleação/fechamento; multisseriação; currículo; calendário; alimentação; infraestrutura; docentes; participação comunitária; reconhecimento de identidades e saberes locais.	Quem existe no território? Onde estão as escolas/comunidades? A oferta ocorre próxima à comunidade? Houve fechamento ou nucleação? O currículo e calendário dialogam com a realidade local? Há consulta e participação comunitária? Quais barreiras de transporte e infraestrutura persistem?	Estratégias específicas conforme presença real no município; currículo e materiais contextualizados; formação; transporte; infraestrutura; proteção contra nucleação inadequada; participação comunitária; valorização de saberes; alimentação contextualizada; regime de colaboração para ofertas não municipais.	Não inserir metas artificiais para populações inexistentes. Mas também não declarar 'não se aplica' sem diagnóstico territorial documentado.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Assegurar acesso, participação, aprendizagem, permanência e conclusão com eliminação de barreiras e oferta dos apoios necessários.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Matrículas e demanda não atendida; perfil do público; escolas/etapas; AEE; salas de recursos; profissionais; acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e digital; TA;	Quem está matriculado e quem está fora? Que barreiras impedem participação e aprendizagem? O AEE é suficiente? Há profissionais de apoio e especialistas necessários? O município monitora	Universalização do acesso; plano de acessibilidade; fortalecimento do AEE; formação; tecnologia assistiva; protocolos e fluxos; dados permanentes; núcleo/coordenação de gestão;	Não reduzir diagnóstico ao número de estudantes laudados. O foco do PME deve ser barreira, participação, aprendizagem, apoio, acessibilidade e trajetória escolar.

transporte; formação; acompanhamento da aprendizagem; altas habilidades; dados territoriais.	aprendizagem, não apenas laudos? Há acessibilidade em todas as escolas e materiais?	apoio escolar; transporte acessível; articulação intersetorial; acompanhamento individualizado e currículo acessível.	
--	---	---	--

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Identificar a demanda real e assegurar acesso, permanência e conclusão com oferta territorializada e adequada à vida dos estudantes.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
População não alfabetizada; escolaridade incompleta; demanda potencial por faixa etária e território; matrícula; abandono; turnos; transporte; perfil socioeconômico e laboral; mulheres, trabalhadores, campo e comunidades tradicionais; oferta atual; EJA integrada à EPT.	Quem precisa da EJA e não está matriculado? Onde mora? Em que horário pode estudar? Por que abandona? A redução de matrículas decorre da redução da demanda ou da inadequação da oferta? Há chamada pública e Busca Ativa? A oferta dialoga com trabalho e profissionalização?	Mapeamento periódico da demanda; chamada pública; Busca Ativa; oferta por território e turno; apoio à permanência; transporte e alimentação; currículo contextualizado; integração EJA-EPT; articulação com empregadores e políticas sociais; controle social antes de fechamento de turmas.	Queda de matrícula não prova redução da demanda. O município precisa conhecer a população que deveria estar na EJA e está fora dela.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 12 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Articular a formação profissional às necessidades dos jovens, adultos e do desenvolvimento econômico e social do território.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Perfil econômico; ocupações; arranjos produtivos; juventude; desemprego; cursos existentes; instituições ofertantes; demanda de estudantes e trabalhadores; deslocamento; EJA; agricultura familiar e economia solidária; oferta regional.	Que formação profissional faz sentido para o território? Quais cursos existem e quais faltam? Quais instituições podem ofertar? Como apoiar acesso e permanência? Há diálogo com EJA, juventude e desenvolvimento local?	Pactos com Estado, IFs, universidades e Sistema S quando pertinente; identificação de demanda; orientação profissional; EJA-EPT; apoio logístico; cessão/parceria de espaços; itinerários alinhados ao território; articulação com mundo do trabalho sem subordinar educação a interesses imediatistas.	Município não precisa assumir oferta que não é de sua competência, mas deve diagnosticar a necessidade e construir regime de colaboração.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Acompanhar pertinência, qualidade, conclusão e inserção qualificada dos egressos da EPT no território.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Qualidade e pertinência dos cursos; conclusão; evasão; infraestrutura; estágio; inserção dos egressos; continuidade de estudos; relação com APLs; desigualdades territoriais, raciais e de gênero; vínculo com trabalho decente.	Os cursos respondem às necessidades do território? Quem conclui? Quem abandona? O egresso consegue trabalho ou prossegue estudos? Há acompanhamento sistemático? As oportunidades alcançam grupos vulneráveis?	Acompanhamento de egressos; parcerias para estágio e inserção; apoio à continuidade dos estudos; participação em fóruns territoriais; articulação com APLs; indicadores de qualidade e equidade; incentivo à extensão e iniciação científica.	Não medir qualidade apenas pelo número de vagas ou cursos. Considerar conclusão, aprendizagem, pertinência territorial e trajetória do egresso.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Conhecer e reduzir barreiras territoriais, econômicas e sociais de acesso dos munícipes ao Ensino Superior.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Concluintes do Ensino Médio; ingresso no Ensino Superior; cursos/instituições da região; deslocamento; transporte; permanência; estudantes de baixa renda; formação de professores; evasão; programas existentes.	Para onde vão os jovens após o Ensino Médio? Quantos ingressam? Quais barreiras impedem acesso e permanência? Há oferta regional compatível com necessidades locais? O município pode apoiar articulação, transporte ou informação?	Articulação com universidades/IFs; orientação e divulgação de oportunidades; apoio à permanência quando legalmente cabível; transporte; parcerias para formação de professores; pesquisa e extensão; pactos territoriais.	Não assumir responsabilidade de mantenedor da graduação quando não for competência municipal. Registrar contribuição municipal e regime de colaboração.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Aproximar instituições de Ensino Superior das necessidades socioeducacionais e do desenvolvimento territorial.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Cursos ofertados; licenciaturas; qualidade percebida; estágios; programas de iniciação à docência; pesquisa/extensão no município; necessidades de formação; cooperação vigente.	A formação superior dialoga com as necessidades das redes e do território? Há campo de estágio qualificado? As universidades pesquisam problemas educacionais locais? Há cooperação para formação continuada?	Convênios e cooperação; estágio e residência pedagógica; formação continuada; pesquisa aplicada; extensão; produção de dados e soluções para desafios locais; participação das IES em fóruns e processos de planejamento.	Transformar o objetivo estadual em estratégia municipal de articulação, não em meta de gestão da universidade.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Ampliar oportunidades de qualificação avançada e produção de conhecimento sobre problemas educacionais e territoriais.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Profissionais com mestrado/doutorado; demanda; áreas prioritárias; afastamentos; incentivos de carreira; parcerias; oferta regional; produção de pesquisa sobre o município.	Quantos profissionais acessam mestrado/doutorado? Quais áreas são prioritárias? A carreira reconhece titulação? Existem condições de afastamento e permanência? Há parcerias com universidades?	Parcerias interinstitucionais; apoio e incentivo conforme legislação; formação de redes de pesquisa; uso de evidências produzidas; valorização da titulação na carreira; temas de pesquisa vinculados a problemas educacionais locais.	A contribuição municipal é principalmente de articulação e valorização de seus profissionais, respeitando competência e capacidade financeira.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 17 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Planejar a força de trabalho, garantir formação adequada, carreira, ingresso qualificado e condições de permanência e saúde.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Total de profissionais; efetivos/temporários/comissionados; formação e adequação à função; concursos; vagas; aposentadorias projetadas; piso; jornada; carreira; progressão; formação continuada; rotatividade; saúde e afastamentos; necessidades por área/território.	Qual percentual é temporário? Há déficit por disciplina/etapa? Quando ocorrerá aposentadoria em massa? O Plano de Carreira está atualizado? O piso e a jornada são cumpridos? Há formação para modalidades específicas? Quais fatores provocam adoecimento/rotatividade?	Planejamento plurianual de pessoal; concursos; redução de vínculos precários; atualização de carreira; formação inicial/continuada; incentivos para territórios vulneráveis; saúde do trabalhador; condições de trabalho; jornada e planejamento; valorização dos profissionais de apoio.	Não limitar valorização ao salário. Carreira, ingresso, formação, jornada, condições, saúde, estabilidade e distribuição equitativa de profissionais também precisam aparecer.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 18 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Fortalecer participação social, autonomia das instâncias colegiadas, transparência, governança e acompanhamento do PME.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
CME, FME, CACS-FUNDEB, CAE, conselhos escolares, grêmios; composição; regularidade das reuniões; sede, equipe e orçamento; normas; participação das famílias/estudantes; escolha de gestores; conferências; publicidade; atuação do Legislativo.	Os colegiados existem e funcionam? Têm estrutura e autonomia? O FME acompanha o PME? As escolas possuem conselhos atuantes? Há participação estudantil? Como ocorre escolha de gestores? O Legislativo participa do monitoramento?	Fortalecimento do FME/CME; estrutura física, técnica e administrativa; formação de conselheiros; conselhos escolares; protagonismo estudantil; conferências; transparência; mecanismos de participação; monitoramento público do PME; integração com Câmara Municipal.	Não confundir existência legal com funcionamento efetivo. A governança do PME precisa indicar instâncias, responsabilidades, periodicidade e publicidade.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

OBJETIVO 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO

FOCO PARA O MUNICÍPIO: Garantir sustentabilidade financeira e condições de infraestrutura para execução real das metas do PME.

O QUE DIAGNOSTICAR	PERGUNTAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS	O QUE PODE ENTRAR NO PME	ATENÇÕES / ERROS A EVITAR
Receitas vinculadas; Fundeb; MDE; despesas por etapa; custo das políticas; infraestrutura das escolas; transporte; alimentação; conectividade; obras; manutenção; acessibilidade; capacidade de investimento; PPA/LDO/LOA; controle interno e social.	Quanto custa cumprir cada meta? Qual é a fonte? O que depende de complementação/colaboração? O PPA contempla o PME? A LDO define prioridades? A LOA tem dotação? Há capacidade para manutenção após obras? Como será monitorado o gasto?	Vinculação entre PME e ciclo orçamentário; estudos de custo; cronograma de investimento; prioridades; manutenção; infraestrutura; cofinanciamento; transparência; controle social; integração com Plano de Ações Educacionais; revisão periódica de custos e prioridades.	Financiamento não deve aparecer apenas no Objetivo 19. Cada objetivo, meta e estratégia precisa indicar viabilidade, fonte e vínculo com PPA/LDO/LOA.

LINHA DE BASE	INDICADOR	TERRITÓRIO/GRUPO PRIORITÁRIO	RESPONSÁVEL	FINANCIAMENTO / PPA-LDO-LOA
Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município	Preencher pelo município

FICHA DE APROFUNDAMENTO PARA CADA META / PROBLEMA PRIORITÁRIO

CAMPO	PERGUNTA ORIENTADORA
1. Referência no PNE	O que nacionalmente se pretende transformar?
2. Referência no PEE	Como a Bahia territorializou o tema?
3. Situação municipal	Como essa realidade se manifesta no município?
4. Linha de base	Qual é o ponto de partida mensurável?
5. Fonte e ano do dado	De onde vem a informação e qual sua atualidade?
6. Série histórica	Está melhorando, piorando ou estagnado?
7. Problema central	Qual situação negativa precisa ser transformada?
8. Descritores	Quais dados comprovam concretamente o problema?
9. Quem é mais afetado?	Quais grupos apresentam maior desvantagem?
10. Onde ocorre?	Quais escolas, bairros, povoados ou territórios?
11. Causas	Por que o problema acontece?
12. Causa crítica	Qual causa tem maior influência e possibilidade de intervenção?
13. Capacidade municipal	O município consegue agir diretamente?
14. Competência federativa	Municipal, estadual, federal ou compartilhada?
15. Objetivo municipal	Qual mudança se pretende produzir?
16. Meta municipal	Quanto se pretende alcançar e até quando?
17. Estratégias	O que será feito para alcançar a meta?
18. Territorialização	Onde a ação será priorizada?
19. Equidade	Como alcançará quem está em maior desvantagem?
20. Intersetorialidade	Quais políticas e órgãos precisam atuar conjuntamente?
21. Regime de colaboração	Qual responsabilidade caberá aos demais entes?
22. Responsáveis	Quem coordena, executa e acompanha?
23. Indicador	Como o resultado será medido?
24. Fonte do indicador	Onde o dado será obtido?
25. Periodicidade	Com que frequência será atualizado?
26. Resultado intermediário	O que precisa ocorrer antes de 2036?
27. Financiamento	Qual fonte sustentará a estratégia?
28. PPA/LDO/LOA	Onde estará prevista orçamentariamente?
29. Monitoramento	Qual instância acompanhará?
30. Controle social	Como FME, CME, CACS, CAE e Legislativo participarão?
31. Evidência de cumprimento	Que documento ou registro comprovará a execução?
32. Plano de Ações Educacionais	O que precisa entrar nos próximos dois anos?

REGRA DE OURO - O município não copia o PNE nem o PEE; utiliza ambos como referências para compreender, territorializar e transformar a sua própria realidade.

PNE e PEE orientam. O diagnóstico municipal revela. O PME territorializa, define prioridades e estabelece os compromissos do município.